

TENSÕES DA PRIMAVERA DO MUNDO ÁRABE-SUNITA: ENTRE O WAHHABISMO CONSERVADOR E O ESPÍRITO CRÍTICO, ENTRE A POLÍTICA DO PETRÓLEO E A INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA

Alexandre Roche*

Resumo

O autor discute o pensamento sunita e suas diferentes tendências, demonstrando como o pensamento wahabista definiu um padrão de comportamento religioso, social e político “conservador”, mas ao mesmo tempo “modernizante”, que correspondeu às expectativas ocidentais. Em seguida, apresenta as origens e as características do movimento de contestação ao wahabismo, que resultou na chamada Primavera Árabe.

Palavras-chave

Sunismo, wahabismo, Primavera Árabe

Introdução

Para compreender o alcance dos movimentos de reivindicações das populações árabe-muçulmanas sunitas do Marrocos, da Argélia, da Tunísia, da Líbia, do Egito, do Sudão (Norte), dos territórios palestinos, da Jordânia, do Líbano, da Síria, do Iraque, de Omã, do Iêmen, dos Emirados e da Arábia Saudita, é importante partir da constatação de que o mundo árabe-muçulmano sunita evoluiu muito nos últimos 20 anos, tanto no plano do pensamento político jurídico-religioso quanto nas práticas sociais, políticas e religiosas, assim como nas referências aos defensores da *sunna* (tradição).

As evoluções políticas, sociais, econômicas e culturais, precipitadas e intensificadas pela crise capitalista mundial que atingiu violentamente os países do Terceiro Mundo, entraram em choque, em cada país árabe sunita, com as classes dominantes estabelecidas nos anos 1920-1940, após a queda do Império Otomano, cujo poder autoritário, militar e policial era e ainda é fundado em um dos ritos ou escolas jurídico-religiosas do Islã ortodoxo, a saber, o wahabismo e seus derivados. Este movimento confunde-se historicamente com a dinastia saudita, suas alianças com as potências ocidentais e, em certa medida, com os mercados do petróleo – daí a complexidade dos movimentos em cada país.

O sunismo

Um primeiro ponto se impõe de imediato: o sunismo, que domina mais de 80% dos fiéis do Islã, não possui um clero hierarquizado e disciplinado, como os xiitas – dotados de sua grande estrutura clerical dos Aiatolás –, ou, ainda, como as igrejas cristãs, e em particular a Igreja Católica, Apostólica e Romana.

O clero sunita, culto e religioso, disperso nas comunidades, segue de perto os grandes ensinamentos dos centros religiosos (Al-Azhar, no Cairo, em Meca, Medina, Damasco, Cairuão, Fez etc.). Mas, entre os sunitas, durante muito tempo, o clero comunitário aceitou o califado, que exerceu o papel de centro religioso e político, substituído pelo sultanato no Império Otomano – sultanato que governava religiosamente os povos árabes sunitas, sem, no

* Historiador francês graduado em História Contemporânea pela Universidade de Lyon. Nasceu em Alexandria (Egito), onde morou vários anos. Fundador do Instituto Roche, em Porto Alegre.

entanto, convencê-los da importância religiosa do califado ou do sultanato. O califado e o sultanato, tendo desaparecido na década de 1920, manteve a dispersão do clero sunita, o isolamento também, num momento delicado, em que a dominação do petróleo do Oriente Médio tornara-se objeto de cobiça por parte das grandes potências financeiras e militares. Daí a constituição precoce de Estados árabes entre 1918 e 1945, sob a direção das potências ocidentais, momento em que os povos árabe-sunitas não exerceram papel algum. Ditaduras militares, monarquias tribais e repúblicas burguesas conservadoras serviam como intermediárias para potências mundiais em sua luta pela dominação do petróleo e do gás natural no Grande Oriente Médio.

A ausência de participação real das populações árabes sunitas, mesmo nas aparentes democracias, na verdade, jamais significou estagnação, inércia ou vazio. Pelo contrário, lentamente, no curso dos acontecimentos, com a pressão do mercado de trabalho sobre os jovens – aliás, cada vez mais numerosos – originou-se um espírito de análise, de crítica, e logo de contestação, de origens diversas. O desemprego, a precariedade das condições sociais, e mesmo a fome, levaram e levam os jovens a adotar uma posição fora do Islã, até mesmo laica e cosmopolita graças às comunicações modernas, buscando interlocutores legítimos, dentro e fora do mundo muçulmano sunita.

O espírito de contestação, que aparece hoje em relação à mentalidade oficial das classes dirigentes árabes, surge das condições miseráveis de vida material, do desemprego dos jovens, de decepções econômicas e políticas, da busca de um pensamento livre fora da estagnação oficial e, enfim, de um sentimento profundo de frustração e de revolta diante da política do Ocidente, aliado às ditaduras. O Ocidente, os Estados Unidos e Israel, em particular, surgem como os dirigentes do sistema estabelecido. Mas, ao mesmo tempo, os dirigentes ocidentais representam, juntamente com os dirigentes árabes, os adversários a serem combatidos. No entanto, desde 1990 e com o fim da Guerra Fria, os jovens sunitas, dotados de espírito crítico, buscam, no Ocidente, organizações, grupos e indivíduos capazes de ajudá-los. Daí a comunicação constante, em escala individual e também social, com os Estados Unidos e a União Europeia, com o Terceiro Mundo e, sobretudo, com países emergentes como a China, a Rússia, a Índia, o Brasil, a Argentina, o México e a África do Sul.

As diferentes tendências do pensamento sunita

Muito religioso, o muçulmano sunita prepara suas pesquisas por meio da tradição sunita, analisando as diferentes correntes e tendências, comparando-as com os critérios do mundo moderno. Mas quais são as correntes, tendências, ritos e escolas que dominam as classes dirigentes do mundo sunita? Embora a palavra sunita venha de *sunna*, “a tradição”, e não, “as tradições”, e embora seus adeptos aceitem os quatro grandes califas Abu Bakr, Omar, Uthman e Ali, assim como os califados dos Omíadas, em Damasco, e dos Abássidas, em Bagdá, o movimento sunita no mundo muçulmano divide-se em quatro grupos diferentes de tradição e de práticas jurídico-religiosas. São grupos separados, todos eles fundados no Alcorão e apresentados como oriundos do Livro Sagrado, da crença em Deus único, mas também do livro da construção da *Cité Humana*. São eles:

- 1) Malequitas: adeptos do imã **Malik Ibn Anas**, fundador da escola jurídica corânica. Nascido em Medina, em 710, e morto na mesma cidade, em 795, o imã Malik Ibn Anas escreveu o mais antigo livro de direito árabe-muçulmano, *Al Muwatta* (O caminho aplainado), em que o consciencioso jurista estabelece uma síntese entre o Alcorão e a lei costumeira de Medina. Seus adeptos consagraram suas conclusões como um verdadeiro código civil, religioso, penal e público, estabelecendo, entretanto,

a possibilidade de uma intervenção pessoal, de um espírito crítico, em caso de contestação. É a partir do código *Al Muwatta* que as outras tendências se estabelecem.

- 2) Chafeítas: adeptos do teólogo **Abu Abd' Allah Muhammad Al'shafi**, nascido no ano de 767, em Gaza, e morto no Cairo, em 820. Discípulo do imã Malik Ibn Anas, Al'shafi concilia as teses de seu predecessor e estabelece as quatro fontes do direito muçulmano: O Alcorão, o *hadith*, (a tradição), o costume (reconhecido pelo conjunto da comunidade) e a analogia (Al Qiyas). Ele insiste na importância da analogia, abrindo assim a via para a interpretação e a inovação, o que Ibn Anas talvez não desejasse.
- 3) Hanafitas: adeptos de **Abu Hanifa**, legislador e jurista muçulmano. Nascido na cidade de Kufa, em 696, e morto em Bagdá, em 767, integrou ao sistema jurídico muçulmano o método da analogia e, em casos de exceção, a autoridade do bom senso pessoal. A interpretação, constituindo-se e estabelecendo-se como jurisprudência, devia, no entanto, partir de um conhecimento extenso e profundo do Alcorão e da tradição. Abu Hanifa traz a noção de crítica, de analogia e de comparação. Hanifa aproxima-se de Al Shafi ao permitir a discussão, a interpretação, a analogia, a comparação e a crítica dos textos sagrados.
- 4) Hambanitas: adeptos do jurista **Ahmed Ibn Muhammad Ibn Hanbal**. Nascido em Bagdá no ano de 780, e morto na mesma cidade, em 855, Ibn Hanbal não admite qualquer interpretação, interrogação ou discussão sobre o conteúdo dos textos sagrados do Alcorão e do *hadith*, afirmando que o texto é Lei e deve ser respeitado em sua integridade (Integrismo). O jurista rejeita a liberdade que Abu Hanifa, Muhammad Al Shafi e Ibn Anas se permitem, afirmando a humildade espiritual diante do livro sagrado.

Enquanto as discussões jurídico-religiosas podem parecer secundárias na maioria dos países, nos sunitas, como nos xiitas, estas discussões têm importância primordial, uma vez que dizem respeito ao essencial da vida pública. O conjunto de ritos prepara a formação do direito costumeiro, do Código Penal, das relações políticas e sociais.

Se as teses de Ibn Hanbal prevaleceram sobre as outras e se impuseram no mundo sunita, isto se deu, em grande parte, devido à influência do teólogo e jurista **Ibn Taymiyya**, nascido em Damasco em 1275 e morto em 1328. Ibn Taymiyya transformou as teorias de Ibn Hanbal em dogmas e criticou violentamente as interpretações livres dos outros pensadores, interpretações que só podiam conduzir a misticismos (Sufismo). O jurista recomenda a aplicação direta e séria da Lei, como o queria Ibn Hanbal, recusando a analogia (consequência da filosofia grega), rejeitando o bom senso ou a interpretação costumeira. Vivendo em uma época atribulada do Islã, entre o perigo das Cruzadas de Luís IX da França e a chegada dos Mongóis na Mesopotâmia, na Síria e na Palestina (1249-1269), **Ibn Taymiyya** quis reformar o pensamento sunita árabe, a fim de evitar qualquer polêmica sobre o texto do Alcorão ou sobre os textos aceitos pela tradição, limitando a discussão a uma interpretação dos termos. Seu objetivo foi o de formar a unidade em torno do Alcorão, a *Umma*, rejeitando opiniões pessoais e aceitando apenas a aplicação estrita do livro sagrado. Denunciou as seitas esotéricas como heréticas, rejeitando a hermenêutica, denunciando a teoria e a experiência da Unicidade preconizada e vivida pelos sufistas. Escreveu, quanto a isso, um pequeno livro de longo título – *A política em nome da lei divina para estabelecer a boa ordem nas questões do pastor e do rebanho*.

Conforme Taymiyya, o Príncipe e os súditos estão ligados pela Sharia, a lei corânica. A grandiosidade do Islã viria, segundo ele, do fato que **religião** e **política** encontram-se, nos textos do Alcorão, bem aplicados, criticando qualquer tentativa de analogia. Foi assim que nasceu a interpretação estrita e rígida do Alcorão, da Sharia e do *hadith*, chegando ao **Integrismo** que conhecemos hoje, ligação direta entre Ibn Hanbal, Ibn Taymiyya e o sucessor de ambos, no século XVIII, Muhammad Ibn Abd-El-Wahhab, fundador do wahabismo. O wahabismo, doutrina religiosa oficial da Arábia Saudita, hoje principal aliada dos Estados Unidos e do Ocidente, apresenta-se como modelo de soberania religiosa paternal, ligado à mais avançada modernidade. O wahhabismo é tido, na Arábia Saudita, como a aplicação estrita e correta do Alcorão.

O wahabismo

Muhammad Abdel Wahhab nasceu na região do Nedj (Arábia) em 1703, e lá morreu em 1792. Ele recolocou em evidência as conclusões de Ibn Hanbal e de Ibn Taymiyya em seu livro *Pelo culto do Deus uno*, sem nada trazer de verdadeiramente novo, contentando-se em recopiar laboriosamente seus predecessores, e simplificando-os, aliás. Seu integrismo, na verdade, vai mais longe que o dos teóricos nos quais se inspirou, uma vez que, para evitar qualquer polêmica, suprime em Ibn Hanbal e em Ibn Taymiyya nuances de interpretação de certos símbolos e metáforas, contidos nos versículos do Alcorão de 629 (retorno do profeta Maomé a Meca), metáforas e símbolos que exigiam uma análise esotérica. Abdel Wahhab foca-se na ligação direta do religioso, do político e do social com a Sharia, a lei corânica, que contém em seu âmago o essencial do direito penal *hudud*. No pensamento de Abdel Wahhab, o lugar do *hudud* é, aliás, muito importante. A Sharia e o *hudud* ligam o Príncipe a seus súditos e estes ao Príncipe, por um efeito de direito imutável, verdadeiro imperativo categórico kantiano, oriundo do Alcorão e do *hadith*. Abdel Wahhab traz, em sua obra, imperativos categóricos religiosos, sociais, econômicos e políticos, justificando a autoridade política e social do soberano em nome da religião e afirmando, por consequência, a fidelidade do súdito sunita à lei, logo, ao soberano.

Abdel Wahhab se junta, nos anos de 1750, enquanto ideólogo, à grande tribo dos sauditas, tribo guerreira, em busca de conquistas. Após sua morte, em 1792, a teoria wahhabita, embora contestada por muitos ideólogos, tornou-se o próprio princípio do governo dos soberanos sauditas.

O êxito do wahhabismo saudita virá com o rei Abdul Aziz Ibn Saud (1887-1953), este grande guerreiro, que aniquilou as forças dos hachemitas, (1920-1923), tomou as cidades santas de Meca e Medina, locais santos das peregrinações, no momento em que Istambul e o Império Turco desapareciam, e que Damasco e Bagdá eram ocupadas por forças estrangeiras. Este êxito virá, sobretudo, a partir de 1932, com o acordo entre Ibn Saud e as grandes companhias, quase todas americanas, para a exploração do petróleo, então descoberto na Arábia. A fortuna que a exploração do petróleo dará à dinastia Saudita, a partir de 1938, o papel conservador fundamental da produção do petróleo saudita no âmago da OPEP (1973), as peregrinações de todos os muçulmanos a Meca e a Medina, a ajuda conservadora trazida a todos os Estados mulçumanos pelos soberanos da Arábia Saudita, e a aliança prioritária com as forças armadas americanas, farão deste reino o centro do Islã sunita, o modelo unindo Fé integral e Modernismo. Líder dos Estados conservadores árabes, submetidos a um wahhabismo muito relativo em matéria religiosa, mas dominante do ponto de vista político e econômico, a Arábia Saudita se dividirá em duas partes: a Oeste, Meca – o Islã das peregrinações e da unidade muçulmana; a Leste, Riad – a modernidade técnica, capitalista, petroleira, financeira, tornar-se-á o modelo semi-oficial do Islã sunita. Esse é o Islã, integrista

e conservador, ligado à técnica e ao consumo modernos, seguindo o modelo exigido pelos americanos, e existente na Arábia Saudita e nos Emirados.

Assim nasceu, a partir deste modelo rico e poderoso, a difusão do integrismo wahhabitista nos países árabe-muçulmanos sunitas (sobretudo, na época da Guerra Fria e da invasão do Afeganistão pelos soviéticos), integrismo que se quer saído diretamente da leitura do Alcorão. Entretanto, o simplismo de Abdel Wahhab só podia acarretar interpretações fanáticas, tais como os escritos de El Banna, nos anos de 1930, preparando a grande confraria da Irmandade Muçulmana, movimento social e terrorista que Riad rejeita e combate, assim como os textos de Sayid Qubt, declarando a *jihad* (guerra santa) que Riad aceita, na medida em que a Guerra Santa defende as posições do wahhabismo político. Este wahhabismo, oportunista, político, bastante maltratado, que cada um modifica de acordo com seus interesses, tornou-se a base do ensinamento das madraçais (escola corânica), sob uma forma ainda mais simplificada, e logo, cada vez mais categórica e autoritária, e formou assim, pelo mundo muçulmano sunita, milhares de adeptos, sem nenhuma noção dos escritos de Malik Ibn Anas ou de Al Shafi, ou ainda de Abu Hanifa, ou da Grande Renascença Árabe do século IX. E pior, não possuindo nenhuma ideia das nuances presentes nos textos de Ibn Hanbal ou de El Taymiyya, estudando textos reduzidos por Abdel Wahhab, o aluno aprenderá algumas meias-verdades que se transformarão em dogmas reveladores pela repetição. Ora, estas meias-verdades, sem ligação com a enorme literatura muçulmana, impunham-se completamente até o ano de 1997, e formaram e consolidaram as ditaduras nos países sunitas quando, por razões que a História conheceu no Ocidente nos séculos XV e XVI, as mentalidades árabes sunitas começaram a mudar.

A contestação do wahhabismo oficial

De fato, as coisas mudaram, lentamente no início, entre as jovens gerações árabes, sobretudo egípcias, pois o conhecimento profundo da língua árabe literária era necessário para aproximar-se dos textos de Ibn Anas, de Al Shafi ou de Abu Hanifa, conhecimento da língua adquirido nas escolas primárias e secundárias, sobretudo, no Egito, na Tunísia, no Líbano, na Jordânia, nos territórios palestinos. A evolução da escola primária e da escola secundária em todos os países árabes, o aperfeiçoamento da língua literária, mesmo sob as mais severas ditaduras, juntamente com a adoção cotidiana dos novos instrumentos de comunicação (telefones celulares, internet, rádios, televisões, novelas, jornais, revistas etc.), em escala internacional, permitiram, de vinte anos para cá, um despertar do espírito crítico, o gosto pela pesquisa e pelo saber, sobretudo, entre os jovens. A contestação da mentalidade do wahhabismo oficial deu-se sob as piores ditaduras, na escala individual, em seguida por famílias, grupos, setores sociais, seguidamente sustentadas por intelectuais e professores árabes residentes no exterior, pois o intelectualismo árabe sunita encontra-se em todos os grandes centros do planeta.

Desde 1997, sob as ditaduras, de modo progressivo, estudantes, professores, profissionais, funcionários públicos e privados, homens e mulheres, muniram-se cada vez mais de novos dados, e saíram, assim, do simplismo estagnante do wahhabismo oficial para alcançar a complexidade do pensamento muçulmano e mesmo internacional. Eis a razão do choque entre o grupo compacto wahhabismo-ditadura e sua contradição – o **espírito crítico** só podia estourar no mundo árabe, sob o duplo impulso cultural e econômico. Cultural, porque conduzido por pesquisas religiosas e laicas; econômico, por ter sido impulsionado por crises econômicas, financeiras internacionais com efeitos desastrosos sobre sua estabilidade econômica. De fato, desde 2007, a crise econômica mundial atingiu ainda mais os países do Terceiro Mundo, reduzindo as massas ao desemprego, à miséria e à fome. O Egito, com 82 milhões de habitantes, vivendo num território de 150.000 km², com densidades de mais de mil

habitantes por km², foi o que mais sofreu, passando da pobreza à miséria, enquanto o sistema estabelecido por Anwar El Saddatt e Hosni Moubarak só fazia enriquecer os grupos no poder, sistema de ditadura corrompida, pregando abertamente o wahhabismo oficial, a aliança com o Ocidente e a prática da religião simplificada, tendo como modelos Meca e Riad.

A evolução do mundo árabe, da juventude árabe, mesmo sob as ditaduras, deu-se no plano do pensamento, por uma reconquista do *Ela* (critério da verdade) de Averróis ou instrumento da Razão, face ao dogmatismo wahhabita, face à corrupção, ao neocolonialismo, ao subdesenvolvimento, à fome, ao desemprego e à humilhação diante da política ocidental fundada no petróleo dos países sunitas e na obediência dos governos vigentes.

Para compreender esta reconquista da Razão entre a juventude árabe, devemos nos lembrar que Galileu, Kepler, Copérnico, Descartes, Newton agiram contra o pensamento dominante de sua época, para redescobrir o *organon* de Aristóteles, como os árabes fizeram-no com Muhammed Ibn Rushd (Averróis) e Abdallah Ibn Sinna (conhecido como Avicena), entre os séculos VIII e XIII. Ciência, técnica, sociedade e religião são vistas, por estes pensadores muçulmanos, sob o signo da Razão, a qual possui o instrumento do pensamento lógico, que os árabes chamaram *Ela*, e que Aristóteles havia chamado *organon*. Reencontrar o pensamento livre de El Shafi'i e de Abu Hanifa para melhor redescobrir as pesquisas de Averróis, para melhor criticar Ibn Hanbal e para melhor compreender um mundo opressor e injusto: eis a pesquisa a que se dedicou e dedica-se a juventude dos países árabes há quase vinte anos, sob as piores ditaduras, pagando um preço muito elevado. Pensamento livre e organização que explicam a firmeza, a tenacidade e a prudência dos manifestantes, eles próprios em contato com espíritos livres do mundo inteiro.

A Primavera Árabe

Foi esta teia cultural, muitas vezes dirigida por células mistas no exterior, que derrubou as ditaduras na Tunísia e no Egito. Seria, no entanto, falso pensar que esta teia, fundada nos novos meios de comunicação individuais, não tenha sido tocada pelos grandes meios de dominação, como a CIA e outros. Células mistas muitas vezes comandaram, a partir dos Estados Unidos ou da Europa, os manifestantes árabes agrupados nas ruas de Tunes, do Cairo, de Bengazi, de Damasco, etc. Contudo, movimentos sólidos, como os do Cairo, puderam unificar as tendências diversas. Em outros lugares, ao contrário, a diversidade dos apelos conseguiu frear os movimentos.

Complexidade, diversidade e choque de opiniões unem-se, no entanto, para exigir uma mudança, mudança que as potências conservadoras, ainda no poder, buscam reduzir ao máximo. Estas divergências, esta reação dos conservadores exigem uma vigilância constante da parte dos contestadores, que agem num contexto econômico cada vez mais instável. As pressões internacionais sobre o preço do petróleo e dos gêneros alimentícios são duramente sentidas pelos povos árabes sunitas, cujos dirigentes mal emergem dos acontecimentos. Os casos do Iêmen, da Síria e, principalmente, o da Líbia demonstram a importância da instabilidade das frentes contestadoras, enquanto na Tunísia e no Egito as coisas buscam se acomodar em um contexto econômico e financeiro deficiente.

Certamente, a Primavera Árabe é ameaçada, não apenas por adversários muitas vezes ainda no poder, mas também por “amigos” que se querem solidários, sempre prontos a ajudar financeira e economicamente os movimentos de libertação árabes, sempre lhes impondo condições muitas vezes difíceis de suportar. A Primavera Árabe precisa de Tempo. É preciso dar ao Tempo, o Tempo de realizar as coisas.

Pois justamente a noção do Tempo evoluiu e está evoluindo muito rápido, nos setores públicos e privados. A pré-modernidade, a modernidade e a pós-modernidade suportaram e suportam a influência da transformação e da precipitação do Tempo. O mundo árabe

encontra-se diante deste desafio – formar, o mais rápido possível, elites capazes de dirigir os movimentos de libertação em um sentido democrático e evitar as meias-medidas que só acarretariam estagnações.

A Tunísia e o Egito parecem possuir organismos, tradições e personalidades capazes de conduzir o movimento, e de acelerar seu ritmo. Já a Síria, o Líbano, os territórios palestinos, a Jordânia, a Líbia, a Argélia, o Marrocos, o Iraque, o Kuwait, a Arábia Saudita, os Emirados, Omã, o Iêmen, o Sudão, por diversas razões (conflito israelo-palestino, petróleo, ditadura, divisões, minorias, etc.), parecem viver nas contradições que freiam o movimento, sem, no entanto, pará-lo.

Na verdade, as intervenções internacionais, por um lado, para reforçar a segurança do Estado de Israel, e por outro, para proteger os interesses do petróleo e do gás natural, chocam-se violentamente com as reivindicações da Primavera Árabe em certos países. Podemos, então, dividir a situação atual dos países árabes em três partes: a) Tunísia e Egito: evoluem em direção de uma democracia, mas lentamente; b) Líbano, territórios palestinos, Jordânia, Iraque, Kuwait, Emirados, Omã, Arábia Saudita, Sudão (Norte), Argélia, Marrocos: movimentos sem realizações imediatas; c) Síria, Iêmen e Líbia: movimentos violentos, reações conservadoras, intervenções estrangeiras (Líbia), verdadeiras guerras civis.

Considerações finais

Na realidade, o termo *Primavera Árabe* permite uma compreensão imediata de uma mudança propícia em razão de um movimento muito vasto que agrupa várias centenas de milhões de pessoas. No entanto, o movimento em direção a uma democracia fundada na liberdade, na igualdade, e mesmo na laicidade, não é o mesmo em cada país sunita, longe disso. De onde a divisão que estabelecemos acima, pois as reações das forças conservadoras, dos interesses petroleiros, de Israel e do Mundo Ocidental, são sentidas a cada agitação popular.

Se na Tunísia e no Egito, o povo parece ter reagido a apelos de uma teia internacional, nos outros países a tendência política não é lá muito clara. O movimento da Irmandade Muçulmana nesses outros países talvez seja muito mais importante, o que podemos declarar facilmente sobre a Tunísia e principalmente sobre o Egito. Daí vem a prudência das declarações do lado ocidental. A democratização dos países árabes sunitas vem se dando e dar-se-á lentamente, mas representa um progresso evidente em relação às ditaduras de grupos ligados aos interesses do petróleo e da política petroleira.

Junho 2011